



## IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

### Portugal, território de territórios

---

ÁREA TEMÁTICA: Migrações, Etnicidade e Racismo

---

**A SUSPEITA QUE MARCA: REPRESENTAÇÕES (TELE)JORNALÍSTICAS DE REFUGIADOS AFRICANOS E A DISSEMINAÇÃO DE PÂNICOS MORAIS CONTRA OS FLUXOS (D)MIGRATÓRIOS NO BRASIL”**

---

FRAZÃO, Samira Moratti

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC/Brasil), [samiramoratti@gmail.com](mailto:samiramoratti@gmail.com)

---

ASSIS, Gláucia de Oliveira

Doutora em Ciências Sociais e Professora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em História e Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socio-Ambiental, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC/Brasil), [galssis@gmail.com](mailto:galssis@gmail.com)

### Resumo

O objetivo do artigo, recorte de tese em andamento, foi verificar como representações sociais nas narrativas de (tele)jornais brasileiros podem ter contribuído para a criação de pânicos de ordem moral contra imigrantes e refugiados de origem africana e de outras nacionalidades durante um caso de suspeita de ebola no Brasil em 2014. Como consequência tais representações podem impactar a opinião pública, acarretando desdobramentos na inserção e integração de imigrantes e refugiados em seus locais de mobilidade. Parte-se da hipótese que o modo como as narrativas (tele)jornalísticas e as representações nela apresentadas foram construídas produziram pânicos morais com base em suspeitas sem comprovações que as confirmassem posteriormente, implicando em reações racistas e xenofóbicas por parte do público contra os imigrantes. Foram analisadas duas reportagens de um total de 68 publicadas em outubro de 2014 em sites de notícias e telejornais brasileiros. Para a análise das reportagens foi utilizado o “Guia das Migrações Transnacionais e Diversidade Cultural para Comunicadores – Migrantes no Brasil”, das autoras Denise Cogo e Maria Badet Souza, considerando aspectos técnicos da prática (tele)jornalística das reportagens e dos comentários do público nos sites de notícias. Notou-se que as reportagens expuseram o refugiado envolvido na suspeita como "ameaça", marginalizando-o e, por conseguinte, impactando a inserção e integração de outros imigrantes.

### Abstract

The purpose of this article, extract of thesis in progress, was to see how the social representations in the narratives of Brazilian newspapers may have contributed to the creation of panics moral against african refugees during a suspected case of Ebola in Brazil 2014. As a result such representations may impact public opinion and the insertion and integration of immigrants and refugees in their places of mobility. It started from the hypothesis that the way the news narratives and your representations were built produced moral panics based on suspicion, resulting in racist and xenophobic reactions from the public against immigrants. We analyzed two news reports of a total of 68 published in October 2014 in Brazilian TV news and sites. For the analysis of the reports we used the "Guide of Transnational Migration and Cultural Diversity for Communicators - Migrants in Brazil," the authors Denise Cogo and Maria Badet Souza, considering technical aspects of journalistic practice of news reports and public comments in the sites. It was noted that the news reports exposed the refugee in question as a "threat", marginalizing it and therefore impacting the inclusion and integration of other immigrants. Such representations fomented not only hate speech against immigrants, but also put at risk their physical integrity, negatively impacting on their lives many of which try to be rebuilt because of persecution suffered in their places of origin and other factors that led to migrate.

Palavras-chave: fluxos migratórios; refugiados; racismo; pânico moral.

Keywords: migration; refugees; racism; moral panic.

[COM0360]



## 1. Percurso introdutório

Desde a primeira década do século XXI houve um aumento no número de refugiados no Brasil. De acordo com informações do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), órgão ligado à Secretaria Nacional de Justiça brasileira, entre 2010 e 2015 foi registrado um aumento de 2.868% nas solicitações de refúgio no país: em 2010 por exemplo foram recebidas 966 solicitações; em 2015 esse número alcançou a marca de 28.670 pedidos. Atualmente vivem no país cerca de 8.863 refugiados reconhecidos, entre homens, mulheres e crianças, de 79 nacionalidades, em especial da África, Ásia, Oriente Médio e Caribe (Acnur, 2016).

Dentre os migrantes e refugiados que vieram para o Brasil em 2014 estão os refugiados da Guiné. Um deles, que deu entrada no país entre os meses de agosto e outubro de 2014, foi envolvido em um caso de suspeita de ebola ocorrido naquele ano. O fato gerou repercussão tal que posteriormente foram relatados na mídia casos de racismo e xenofobia contra imigrantes e refugiados africanos bem como imigrantes e refugiados negros de outras nacionalidades. Para exemplificar a questão, durante a cobertura jornalística sobre a suspeita de ebola, “... imigrantes negros – na sua maioria haitianos e de países africanos – [foram] alvo de discriminação e atitudes hostis, nas redes sociais e em Cascavel (PR), cidade onde o homem vindo da Guiné foi atendido inicialmente” (Richard, 2014, grifo nosso), de acordo com reportagem publicada no site Agência Brasil em 16 de outubro de 2014.

Partindo, portanto, deste caso, ao analisar reportagens em texto e audiovisuais publicadas em sites jornalísticos na mesma época foi possível notar que o discurso promovido divergia no que diz respeito à abordagem. Enquanto de um lado o enquadramento da reportagem tratou da fragilidade e vulnerabilidade da vida do refugiado, de outro lado o discurso expôs informações que o deixaram sob suspeita, colocando sua integridade física e moral em questão, inclusive levando a crer que outros imigrantes e refugiados negros, sobretudo os que estavam indocumentados no Brasil, eram passíveis de ter contraído o ebola sendo, portanto, suspeitos.

Nesse contexto, entende-se que os *media* promovem representações da realidade as quais propõem à sociedade informação, constituindo uma das bases para a construção da opinião pública em torno desse e de diversos assuntos noticiados (Vizeu, 2009). Desse modo, portanto, há a necessidade de problematizar a questão e desconstruir as representações apresentadas a fim de analisar os desdobramentos sobre a inserção de imigrantes no Brasil.

Assim, parte-se da hipótese de que o modo como as representações nas reportagens em texto e audiovisuais publicadas em sites jornalísticos sobre o refugiado guineense com suspeita de ter contraído o vírus ebola podem ter contribuído para a disseminação de um pânico moral na sociedade brasileira, desencadeando manifestações racistas e de ódio nos canais pelos quais o público pode emitir sua opinião nos próprios sites de notícias e em outras redes sociais, durante o primeiro caso de suspeita de ebola ocorrido no Brasil em outubro de 2014.

Para tanto foi realizada a análise de um grupo composto por 68 reportagens, do qual foram selecionadas duas, sendo uma veiculada em 12 de outubro de 2014 no programa telejornalístico “Fantástico” da Rede Globo de Televisão e a outra no dia 19 de outubro de 2014 no site do “Jornal do Brasil”, cujas informações são detalhadas adiante. O exame das reportagens foi feito com base em recomendações metodológicas apresentadas no “Guia das Migrações Transnacionais e Diversidade Cultural para Comunicadores – Migrantes no Brasil”, organizado pelas autoras Denise Cogo e Maria Badet Souza (2013), considerando ainda aspectos técnicos da prática [tele]jornalística.

A escolha envolvendo o refugiado da Guiné se deu diante da necessidade em eleger um grupo específico de refugiados dentre os existentes no Brasil, somado ao impacto gerado na mídia quando do caso de suspeita de ebola. Considerou-se também a captação das reportagens (texto e audiovisual) publicadas em sites uma vez que, no caso do [tele]jornalismo, as narrativas por meio das imagens “... constituem um discurso que interfere na realidade, constroi e reconstroi relações sociais e relações de poder” (Mota, 2012, p. 213).

Vistas enquanto documentos que, neste caso em particular, constroem narrativas sobre a (i)migração e os (i)migrantes, matérias jornalísticas marcaram e marcam a história política, cultural e social do Brasil e em parte dos casos não estão disponíveis de forma acessível aos pesquisadores e sociedade. Felizmente, no caso das reportagens telejornalísticas, parte dos acervos vem sendo disponibilizado por emissoras em seus sites, mas principalmente por terceiros em repositórios como é o caso do *YouTube*, por meio do qual é possível assistir os vídeos. A seleção das reportagens audiovisuais analisadas partiu da mesma premissa.

Como referencial teórico, o artigo é apoiado nos conceitos de representação postulado por Roger Chartier e de narrativa, discutido por autores como Paul Ricoeur e no âmbito da Comunicação/Jornalismo por Luiz Gonzaga Motta e Célia Ladeira Mota, e Kenneth Thompson e o conceito de pânico moral. No que diz respeito aos refugiados são tomados como base documentos oficiais como a Convenção de 1951, que estabelece o Estatuto do Refugiado pelas Nações Unidas, a lei brasileira 9.474/97 que constitui os direitos e deveres do refugiado no Brasil, dentre outros documentos.

## **2. Representações nas narrativas (tele)jornalísticas**

A partir dos estudos guiados pelo historiador francês Roger Chartier sobre a leitura, compreendeu-se que o conceito de representação pode dialogar e ser aqui utilizado para pensar o discurso disposto nas matérias (tele)jornalísticas, analisando não apenas o texto presente na reportagem como a imagem enquanto linguagem e mensagem, apreendida pelos telespectadores de maneiras diferentes.

O conceito de representação social pode tratar a “... relação entre a significação, a realidade e sua imagem” (Charaudeau, 2014, p. 431). Por meio das representações os indivíduos conferem sentido à realidade em seu ambiente social. No entanto, pressupõem ideais, interesses, ideologias, respaldadas pelos grupos que detêm o poder de pensa-las e as repassar adiante (Chartier, 1990, 1991, in press). Assim, as informações recebidas através dos *media* são componentes na construção da realidade e na formação da opinião.

O discurso tanto textual quanto imagético sobre determinado fato ou pessoa passa aos telespectadores a representação do que se pensa ou se almeja moldar o que é e como deve ser visto. Tal discurso também é permeado por omissões de informação, falta de conhecimento quando da elaboração e produção da reportagem em um curto espaço de tempo por conta dos *deadlines*, edição do material, enquadramento das imagens e escolhas de quais recortes de imagem serão privilegiados.

No caso do jornalismo, podem ser representadas realidades baseadas em fatos verídicos ou moldados de acordo com os interesses da linha editorial do veículo, ou ainda de patrocinadores e demais sujeitos que detenham algum poder sobre o conteúdo que será produzido e repassado ao público. “... As representações constroem uma organização do real por meio das próprias imagens mentais veiculadas por um discurso” (Charaudeau, 2014, p. 433).

Além dos interesses estabelecidos pelos sujeitos que as editam, o meio também propicia que determinados conteúdos sejam moldados a fim de serem adequados para a veiculação na televisão. Apropriando à discussão em torno do telejornalismo “... é preciso lembrar que não há texto fora do suporte que lhe permite ser lido (ou ouvido) e que não há compreensão de um escrito, qualquer que seja, que não dependa das formas pelas quais atinge o leitor” (Chartier, 1991, s.p.).

Por tratar de representação, é importante também debater acerca do conceito de narrativa. “Estudar as narrativas como representações sociais pode ensinar muito sobre as maneiras através das quais os homens constroem essas representações do mundo material e social” (Motta, 2012, p. 29).

Em seu livro, o qual reúne estudos com base nas obras de Paul Ricoeur, o historiador Aldo Nelson Bona (2012) cita que embora seja impossível narrar o modo como os fatos ocorreram no passado ou em outro momento do tempo, para Ricoeur a história é considerada uma narrativa. Desse modo, a narrativa não deve

ser compreendida como mera descrição dos acontecimentos, mas conferir a eles sentido; ou seja, atribui-se sentido a algo real que é descrito, não necessariamente ao modo como aconteceu.

### **3. Quem são os refugiados?**

Nesse ensejo, quais fatores são determinantes para caracterizar o refúgio? A Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados instituída em 28 de julho de 1951 e empreendida após a Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas realizada em Genebra, estabeleceu instrumentos legais e que vigoram internacionalmente sobre os direitos aos refugiados no que diz respeito a sua proteção. Nela é possível delinear padrões básicos para o tratamento e acolhimento dos refugiados, além de apresentar características de quem são. No artigo 1o, letra A, item 2, a Convenção estabelece o refugiado como sendo a pessoa que

... temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele. No caso de uma pessoa que tem mais de uma nacionalidade, a expressão "do país de sua nacionalidade" se refere a cada um dos países dos quais ela é nacional (Acnur, 2015a)

Por sua vez, a lei brasileira n. 9.474 de 22 de julho de 1997, que define mecanismos legais para a implementação da Convenção de 1951, apresenta a definição e os direitos e deveres a quem está nesta condição. Basicamente segue os mesmos preceitos fundados no documento de 1951, reforçando adicionalmente condições como a violação grave aos direitos humanos como um dos fatores que faz com que uma pessoa venha a solicitar asilo como refugiado em outro país. Poderá entrar em solo nacional mesmo que esteja em situação irregular, quando sua entrada não é feita de forma legal. Cabe ao Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), órgão ligado ao Ministério da Justiça, avaliar os pedidos de refúgio, dentre outras circunstâncias que envolvam os refugiados no Brasil. Posteriormente a Polícia Federal emite um protocolo por meio do qual o refugiado poderá solicitar carteira de trabalho em caráter provisório. Após o término do processo, caso seu pedido de refúgio seja aceito, receberá as documentações em caráter permanente (Brasil, 1997).

Caso o pedido seja negado, o refugiado dispõe de período estabelecido por lei para solicitar a revisão do resultado e do pedido junto ao Ministro de Estado da Justiça. E mesmo que o pedido seja negado em definitivo, não poderá ser deportado ao seu país em consideração às premissas que estabelecem sua condição. Somente poderá ser deslocado para outro país caso não corra risco de perseguição.

É importante salientar, ainda, que o governo de origem de quem requisita o refúgio necessariamente não precisa aprovar sua condição; cabe ao país de acolhimento conceder-lhe este reconhecimento. De acordo com o ACNUR, apesar de os países signatários da Convenção de Genebra disporem de instrumentos legais por meio dos quais irão analisar os pedidos de refúgio, “uma pessoa é um refugiado independentemente de já lhe ter sido ou não reconhecido esse status por meio de um processo legal de elegibilidade” (Acnur, 2015b). E estabelece ainda: “Ao ACNUR é atribuído o mandato de assegurar que qualquer pessoa, em caso de necessidade, possa exercer o direito de buscar e obter refúgio em outro país e, caso deseje, regressar ao seu país de origem” (Acnur, 2015b).

### **4. O conceito de pânico moral na análise jornalística**

As construções de realidade fomentadas por produtos jornalísticos podem contribuir para a criação de estereótipos, além de fomentar no público um pânico de ordem moral em torno de determinados assuntos dispostos na agenda jornalística. Por estereótipo se entende uma “... representação coletiva cristalizada, é

uma construção de leitura” permitindo “... naturalizar o discurso, esconder o cultural sob o evidente” (Amossy, 2014, pp. 214-216). Mas o que seria pânico moral?

O conceito foi analisado com base nos estudos do sociólogo britânico Kenneth Thompson, que por sua vez se apoiou nas pesquisas do sociólogo Stanley Cohen, para o qual uma reação provocada por um grupo pode desencadear uma representação e percepção equivocada sobre algum comportamento cultural ou grupo de indivíduos, em especial as minorias; os estereótipos construídos nos meios de comunicação também podem facilitar a promoção de um pânico moral à sociedade sobre um tema específico (Thompson, 2014).

O termo foi empregado inicialmente no campo da Sociologia atrelado às condutas coletivas e de desvio social. É utilizado também para observar fenômenos excepcionais nos meios de comunicação. Dentre as principais características de um pânico moral estão:

- 1) algo ou alguém é definido como uma ameaça aos valores e interesses da sociedade; 2) esta ameaça se representa nos meios massivos de tal modo que sua forma será facilmente reconhecida; 3) se produz uma rápida construção de uma preocupação pública; 4) as autoridades e os formadores de opinião devem responder ou dizer algo a respeito; 5) o pânico passa ou produz mudanças sociais (Thompson, 2014, p. 23)

Para Thompson o uso dos dois termos, "pânico" e "moral", pressupõem uma ameaça ao que está estabelecido enquanto sagrado ou fundamental para a sociedade.

O motivo para denominar 'moral' ao pânico é precisamente indicar que a ameaça que se percebe não é algo trivial - um resultado econômico ou uma pauta educativa -, e sim uma ameaça a ordem social em si mesma ou a uma concepção idealizada (ideológica) de alguma parte de tal ordem social. A ameaça e seus executores são vistos como o mal, como 'demônios populares' (...) despertando fortes sentimentos de controle. (Thompson, 2014, p. 24)

Como resposta, exige-se que haja uma "maior regulação ou controle, uma demanda para regressar aos 'valores' tradicionais" (Thompson, 2014, p. 24). Somado a isso, os pânicos morais geralmente surgem em situações nas quais há um aumento de níveis de stress na população, provocados por várias origens que passam pela mídia, política, economia, dentre outros fatores. Thompson afirma que não se pode atribuir à criação de um pânico moral a apenas um segmento, mas sim a um conjunto deles. Por isso, indica que os casos de pânico moral devem levar em conta dois objetivos: compreender os atores implicados nesse processo, e buscar explicações às razões que levaram ao desenvolvimento de um pânico moral.

Há dois elementos principais para identificar os pânicos morais: "um alto nível de preocupação pelo comportamento de um determinado grupo ou tipo de pessoas, e um aumento do nível de hostilidade a aqueles considerados como uma ameaça" (Thompson, 2014, p. 24). Ademais, os pânicos morais geralmente são voláteis, durando um certo período de tempo, e desproporcionais, já que nem sempre tais ameaças ou perigos atribuídos ao pânico moral são de fato consideráveis, caso se analise o fenômeno de forma realista e não apenas com base em suposições. No entanto, Thompson diz que não há um consenso sobre o fator desproporcionalidade, já que o que é considerado risco para uns, poderá não sê-lo para outros, sendo portanto uma característica dúbia.

Considerando o exposto, acredita-se ser possível utilizar o conceito para analisar a abordagem na narrativa (tele)jornalística a respeito dos novos fluxos migratórios no Brasil. Para tanto, será utilizado o caso de suspeita de ebola ocorrido no país em outubro de 2014 e que envolveu um refugiado da Guiné. Na ocasião, segmentos do jornalismo, seguidos de comentários realizados por parte da sociedade nas redes sociais, marginalizaram o refugiado com suspeita de ter contraído a doença a ponto de gerar reflexos sobre a inserção e integração de outros migrantes e refugiados de origem africana ou negros de outras nacionalidades que estavam em mobilidade no Brasil naquele momento.

Nesse contexto é oportuno tratar sobre o racismo, componente ainda presente na sociedade brasileira contemporânea, fator que também incide sobre o acolhimento de imigrantes, sobretudo negros, que tomam o Brasil como destino de seus fluxos migratórios.

Entre meados do século XIX e século XX, ações políticas permeadas pela ideologia de branqueamento visavam a criação de uma sociedade branca e ocidental contando, para tanto, com a imigração de migrantes europeus, vindos de países como Portugal, Itália, Alemanha e Espanha, que vieram ao Brasil em busca de trabalho e construir uma nova vida. Tais políticas também contribuíram para promover uma cultura racista na qual a população negra, em muitos casos marginalizada e sem garantias e direitos para sua subsistência, era vista como ameaça. Logo, a ideia era provocar a mistura de raças, a fim de promover o branqueamento da população ao longo do tempo (Bento, 2002).

Soma-se a isso a colonização de diversas regiões brasileiras notadamente a região sul realizada, sobretudo, por migrantes brancos de origem europeia, cujos reflexos são facilmente notados por meio de celebrações feitas em festas sazonais ou mesmo a existência de monumentos físicos ou imateriais ligados às culturas de origem europeia, sobretudo de países como Itália, Portugal e Alemanha. No entanto, há que se ressaltar que na mesma medida em que uma parcela da população é reticente ou contrária a esses novos fluxos migratórios, outra faz frente e apoia a inserção e integração dos migrantes em seu convívio social, principalmente aquelas ligadas aos Direitos Humanos, Relações Internacionais, Serviço Social, dentre outras áreas. Tal pressuposto será, neste momento, alicerçado com base na análise da cobertura midiática que se segue.

## 5. Análise das reportagens

Foram utilizadas duas reportagens, sendo uma veiculada no programa telejornalístico Fantástico, exibido pela Rede Globo no dia 12 de outubro de 2014 e posteriormente disponibilizado em seu site e a outra publicada no site do Jornal do Brasil, no dia 19 de outubro de 2014, cujas referências encontram-se ao final desse artigo. Embora o espectro de coberturas sobre a temática no período seja superior, neste momento foram selecionadas duas reportagens a fim de ilustrar a discussão teórica aqui empreendida.

Intitulada “Africano com suspeita de ebola esperou por 4 horas até ser atendido” a reportagem veiculada no Fantástico em 12 de outubro de 2014 (Fantástico, 2014) dava continuidade a cobertura jornalística realizada pelos demais programas e veículos jornalísticos da Rede Globo sobre o então considerado primeiro caso de suspeita de ebola no Brasil, ocorrido em 9 de outubro de 2014, envolvendo um refugiado que havia chegado ao país vindo da Guiné naquela época e que apresentava sintomas da doença. A Guiné estava passando por um surto da doença, fator que inclusive motivou tanto nacionais quanto migrantes que lá viviam a deixar o país (Fernandes, 2014).

Sobre a reportagem: um refugiado nacional da Guiné era apontado pela suspeita de ter contraído o vírus ebola antes de chegar ao Brasil. Apresentando sintomas semelhantes aos ocasionados pelo vírus, o refugiado deu entrada no sistema público de saúde de Cascavel, cidade localizada no estado do Paraná, região Sul do Brasil, local onde naquela circunstância residia em um abrigo. Além de ter apresentado imagens do refugiado a reportagem também forneceu informações sobre a identidade dele e o percurso que havia feito quando deu entrada no Brasil. Um dos pontos da narrativa que chama a atenção encontra-se descrito abaixo:

Imagens gravadas pela câmera de segurança da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Cascavel, no Paraná mostram [*nome do refugiado*] esperando por quatro horas até ser atendido na última quinta-feira (9). Tempo suficiente para ter contato com diversas pessoas que também estavam na UPA. Segundo a Secretaria de Saúde do Paraná, todas essas pessoas estão sendo monitoradas até o diagnóstico final do africano. (...) Na quinta passada, dia 9 de outubro, o africano procurou atendimento. Ele tinha febre, dor de garganta e tosse. A partir daí, uma operação de emergência foi montada. A suspeita era que ele estivesse contaminado com o vírus ebola. (Fantástico, 2014, grifo nosso em respeito à privacidade da identidade do refugiado).



É possível identificar, durante a leitura da narrativa jornalística presente no site do Fantástico juntamente com a reportagem em vídeo, brechas textuais e imagéticas que podem induzir o público leitor/internauta/espectador a suspeitar do refugiado. Ainda que naquele momento não houvesse a confirmação da suspeita de ebola por parte das autoridades de saúde, a acusação presente na narrativa pôs o refugiado em uma situação de vulnerabilidade afetando sua moral, o que em nossa visão corrobora para a criação de um pânico moral por parte dos leitores e demais espectadores que tiveram acesso à reportagem.



Imagem 1 – Frame da reportagem exibida pelo programa telejornalístico brasileiro “Fantástico”, exibido pela Rede Globo em 12 de outubro de 2014 e que mostra o refugiado em destaque (Fantástico, 2014).

As imagens audiovisuais utilizadas na reportagem, provenientes de câmeras de segurança instaladas no posto de saúde onde o refugiado aguardou e recebeu o primeiro atendimento médico, foram apropriadas no discurso de modo tal que o refugiado aparecesse como suspeito de algo ilegal, de um crime. De forma sensacionalista, a narrativa jornalística em questão promoveu um pânico de ordem moral contra o refugiado em questão, fazendo uma superexposição de sua pessoa e o colocando sob suspeita de uma doença que não possuía como foi comprovado por exames posteriores os quais deram resultado negativo para o vírus ebola (Nublat, 2014). Ou seja, o refugiado não estava com a doença em questão.

A segunda reportagem analisada, publicada no dia 19 de outubro de 2014 no site do Jornal do Brasil vai além e mesmo após uma extensa divulgação dos resultados negativos sobre o primeiro caso de suspeita de ebola no Brasil por parte de outros veículos jornalísticos brasileiros, põe em suspeição outros imigrantes e refugiados que entraram no país de forma indocumentada. Com a manchete “Refugiados e imigrantes ilegais elevam o risco de entrada de ebola no país”, a reportagem exhibe em seu discurso brechas que podem induzir os leitores e internautas a um pânico de ordem moral contra imigrantes e refugiados, especialmente aqueles de origem africana ou negros de outras nacionalidades, como são os casos dos imigrantes vindos do Haiti (Jornal do Brasil, 2014).

Antes de prosseguir é importante frisar que termos como “invasão”, “ilegais”, “indocumentados”, “clandestinos”, “chegada em massa”, “leva” possuem conotação pejorativa e podem influenciar, portanto, o modo como os migrantes podem ser vistos (Cogo & Badet, 2013), promovendo, com isso, a ideia de pânico moral.

Com um discurso marcado pelo fator da Segurança Nacional, sugerindo o controle das fronteiras brasileiras, somado a utilização de um campo semântico discriminatório, a reportagem foi marcada por uma ausência de respeito aos Direitos Humanos, ao direito de migrar e ao direito à privacidade do

refugiado cuja suspeita da doença já havia na data em questão sido negada por outros meios de comunicação (como por exemplo Nublat, 2014):

Contudo, apesar de (...) ter entrado no país de forma tradicional, um medo que pode surgir na população é da entrada de imigrantes de forma ilegal no país, muitas vezes junto aos migrantes vindos do Haiti. Nos últimos anos, mais de 25 mil haitianos entraram no país: só nos quatro primeiros meses de 2014, 7,3 mil haitianos vieram para o Brasil. (...) O infectologista ressalta que os problemas médicos relativos à pouca fiscalização das fronteiras é muito anterior ao medo da entrada de ebola. “Reforçar fronteiras é uma coisa que já deveria ter sido feita a muito tempo, por conta da entrada de drogas e armas que causam vários problemas à saúde do usuário de drogas, por exemplo. A fragilidade da fronteira já é algo que compromete a saúde brasileira há muito tempo. Não sei se agora por conta do ebola vai começar a melhorar, mas eu gostaria que isso acontecesse”, denuncia. (Jornal do Brasil, 2014).

Ainda que em ambas as reportagens não houvesse o campo de comentários, em outras analisadas e que integram o corpus de análise, do grupo de 68 selecionadas, foi possível encontrar exemplos de comentários feitos por leitores e que apresentam discursos de ódio contra os imigrantes e refugiados representados na narrativa jornalística. Como exemplo, cita-se a reportagem intitulada “Africano deu endereço errado no PR ao dar entrada em pronto-socorro”, publicada na versão digital do jornal Folha de São Paulo em 10 de outubro de 2014, cujos alguns dos comentários apresentam elementos que corroboram para a exigência de um controle e fechamento de fronteiras no Brasil, como o feito pelo usuário “jrs” em 10 de outubro de 2014, às 13h39: “Com tantos imigrantes africanos pedindo refúgio ao Brasil em breve teremos novos casos de ebola por aqui” (Cruz, 2014). Ainda que o caso de suspeita de ebola não tivesse naquele momento nenhuma confirmação por parte das autoridades médicas se era ou não real, com base em suspeitas alardeadas pelos meios de comunicação leitores poderiam assumir um pânico moral contra imigrantes e refugiados.

## **6. Reflexão final**

Ao considerar as recomendações do guia tomado como parte do método para análise, é aconselhado nas notícias que abarquem o tema dos fluxos migratórios “focalizar [a] migração como tema; abordar [a] migração como experiência sociocultural; potencializar [a] migração como fonte em notícias de interesse geral da sociedade; buscar fontes migrantes nacionais e internacionais [e] incluir a perspectiva de gênero como importante para não reforçar a desigualdade” (Cogo & Badet, 2013, p. 61, grifo nosso). Entre as cautelas e fatores a se evitar está a de “não vitimizar os migrantes”, entendendo que “embora parte das migrações sejam motivadas por fatores econômicos, é importante, na cobertura das migrações, não enfatizar apenas aspectos relacionados às situações de carência e precariedade vividas pelos migrantes” (Cogo & Badet, 2013, p. 61).

O que se notou nas duas reportagens analisadas foi uma preocupação implícita sobre a presença de imigrantes e refugiados, especialmente os africanos ou negros de outras nacionalidades, como possíveis portadores de doenças, colocando portanto os brasileiros em risco. Este tipo de ocorrência pode levar o público a um pânico de ordem moral contra os imigrantes e refugiados, que em muitos casos se encontram em situação de vulnerabilidade.

Somado à existência de fatores como o racismo, pode-se afirmar que tais narrativas (tele)jornalísticas podem fomentar não apenas discursos de ódio contra (i)migrantes como também pôr em risco sua integridade física, nas comunidades onde estão vivendo ou caso estejam em mobilidade, risco elevado quando sua imagem, por meio de foto ou registro audiovisual ou ainda informações que os identifiquem, são registradas e apresentadas nas reportagens.

Do mesmo modo que pode informar o jornalismo também pode disseminar suspeitas que nem sempre são confirmadas, atribuindo ao que e/ou quem está sendo noticiado julgamentos não apenas midiáticos, como morais por parte da sociedade. No caso dos fluxos migratórios contemporâneos, se por um lado um

contragendamento é realizado por organizações da sociedade civil, entidades públicas e privadas e mídias alternativas que visam a integração de imigrantes e refugiados, de outro tais construções da realidade como as aqui analisadas podem, na contramão, dificultar o processo.

## Referências

Acnur – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (2015a). *O que é a Convenção de 1951?* Recuperado em 18 de julho, 2015, de [http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf).

Acnur (2015b). *Perguntas e respostas*. Recuperado em 5 de junho, 2015, de <http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/perguntas-e-respostas/>.

Acnur (2016). *Dados sobre refúgio no Brasil – Balanço até abril de 2016*. Recuperado em 15 de junho, 2016, de <http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil/>.

Amossy, Ruth (2014). Estereótipo. In Charaudeau, Patrick; Maingueneau, Dominique. *Dicionário de Análise do discurso* (pp. 214-216). São Paulo/Brasil: Contexto.

Bento, Maria Aparecida Silva (2002). “Branqueamento e Branquitude no Brasil”. In Carone, Iray; Bento, Maria Aparecida Silva (orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (pp. 25-58). Petrópolis/Brasil: Vozes.

Bona, Aldo Nelson (2012). *História, verdade e ética: Paul Ricoeur e a epistemologia da História*. Guarapuava/Brasil: Unicentro.

Brasil (1997). *Lei n. 9.474*. Recuperado em 18 de julho, 2015, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm).

Brasil (2006). *Decreto n. 5.948*. Recuperado em 18 de julho, 2015, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/Decreto/D5948.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/Decreto/D5948.htm).

Charaudeau, Patrick (2014). “Representação social”. In Charaudeau, Patrick; Maingueneau, Dominique. *Dicionário de Análise do discurso* (pp. 431). 3 ed. São Paulo: Contexto.

Chartier, Roger (1990). *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa/Portugal: Difel.

Chartier, Roger (1991). O mundo como representação, *Estudos Avançados*, 5, 11. Recuperado em 2 de dezembro, 2014, de [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000100010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000100010&script=sci_arttext).

Cogo, Denise; Souza, Maria Badet (2013). *Guia das Migrações Transnacionais e Diversidade Cultural para Comunicadores – Migrantes no Brasil*. Belaterra: Instituto de la Comunicación de la UAB/Instituto Humanitas Unisinos.

Cruz, Luiz Carlos. *Africano deu endereço errado no PR ao dar entrada em pronto-socorro*. Recuperado em 15 de setembro, 2016, de <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/10/1530403-africano-deu-endereco-falso-no-parana-ao-dar-entrada-em-pronto-socorro.shtml>.

Fantástico (2014). *Africano com suspeita de ebola esperou por 4 horas até ser atendido*. Recuperado em 15 de setembro, 2016, de <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/10/africano-com-suspeita-de-ebola-esperou-por-4-horas-ate-ser-atendido.html>.

Fernandes, Daniela (2014). *Ebola: embaixada na Guiné concede cerca de 40 vistos por mês para o Brasil*. Recuperado em 15 de setembro, 2016, de [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141011\\_ebola\\_vistos\\_guine](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141011_ebola_vistos_guine).

- Jornal do Brasil (2014). *Refugiados e imigrantes ilegais elevam o risco de entrada de ebola no país*. Recuperado em 15 de setembro, 2016, de <http://www.jb.com.br/ciencia-e-tecnologia/noticias/2014/10/19/refugiados-e-imigrantes-ilegais-elevam-o-risco-de-entrada-de-ebola-no-pais/>.
- Mota, Célia Ladeira. “A narrativa semiótica da imagem”. In Mota, Célia Ladeira et al. (orgs.). *Narrativas Midiáticas* (pp. 197-215). Florianópolis/SC: Insular
- Motta, Luiz Gonzaga (2012). “Por que estudar narrativas?” In Mota, Célia Ladeira et al. (orgs.). *Narrativas Midiáticas* (pp. 23-45). Florianópolis/Brasil: Insular.
- Nublat, Johanna (2014). *Resultado de segundo exame descarta caso de ebola no Brasil*. Recuperado em 15 de setembro, 2016, de <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/10/1531725-segundo-exame-descarta-suspeita-de-ebola-em-homem-da-guine.shtml>.
- Richard, Ivan (2014). *Ebola: imigrantes negros são discriminados depois de caso suspeito em Cascavel*. Recuperado em 15 de setembro, 2016, de <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-10/ebola-imigrantes-negros-sao-discriminados-no-brasil-depois-de-caso>.
- Thompson, Kenneth (2014). *Panicos Morales*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes.
- Vizeu, Alfredo (2009). O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica, *Revista Famecos*, 40, Porto Alegre/Brasil, 77-83.